

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO 30.169.2024, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 74/2024

FUNDAMENTO LEGAL: art. 75, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

DATA: 18/10/2024

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para **Contratação EMERGENCIAL de empresa para Instalação de Galerias de Concreto com fornecimento de material e mão de obra no interior do município**, estabelecidas neste instrumento, de acordo com as especificações, quantitativos e condições mínimas definidas neste termo.

2. DESCRIÇÃO DO OBJETO

2.1 A CONTRATADA deverá realizar o fornecimento com mão de obra dos itens, conforme especificações a seguir:

LOTE 01 – FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE GALERIA DE CONCRETO NA LOCALIDADE DO ITAPEVI

Lote	Item	Descrição	Unid.	Quant.	R\$ + BDI	Total	
INSTALAÇÃO DE GALERIA DE CONCRETO NA LOCALIDADE DO ITAPEVI							
SERVIÇOS / MÃO DE OBRA							
01	01	Locação de rede de água ou esgoto	M	15,00	R\$ 9,78	R\$ 146,70	
	02	Escavação mecanizada de vala c/ prof. até 1,50 m	M ³	45,00	R\$ 16,96	R\$ 763,20	
	03	Reaterro mecanizado de vala c/ prof. até 1,50 m	M ³	18,00	R\$ 23,94	R\$ 430,92	
	04	Carga, manobra e descarga de solos e materiais granulares	M ³	4,50	R\$ 10,99	R\$ 49,46	
	05	Transporte com caminhão basculante de 10,00 m ³ até 30 km	m ³ xkm	135,00	R\$ 3,13	R\$ 422,55	
	06	Transporte c/ caminhão basculante de 10 m ³ DMT exc 30 km	m ³ xkm	180,00	R\$ 1,24	R\$ 223,20	
	07	Execução e compactação de base ou sub base para pav.	m ³	4,50	R\$ 168,15	R\$ 756,68	
	MATERIAIS / INSUMOS						
	08	Aduela de concreto 1,50 x 1,50 comp. 1,00 m	Unid.	15,0	R\$ 4.575,00	R\$ 68.625,00	
09	Placa de sinalização de obra na pista	Unid.	2,0	R\$ 84,20	R\$ 168,40		
Valor total estimado para a contratação:						R\$ 71.586,11	

LOTE 02 – FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE GALERIA DE CONCRETO NA LOCALIDADE DO CACEQUIZINHO

Lote	Item	Descrição	Unid.	Quant.	R\$ + BDI	Total	
INSTALAÇÃO DE GALERIA DE CONCRETO NA LOCALIDADE DO CACEQUIZINHO							
SERVIÇOS / MÃO DE OBRA							
02	01	Locação de rede de água ou esgoto	M	6,0	R\$ 9,78	R\$ 58,68	
	02	Escavação mecanizada de vala c/ prof. até 1,50 m	M ³	12,00	R\$ 16,96	R\$ 203,52	
	03	Reaterro mecanizado de vala c/ prof. até 1,50 m	M ³	4,80	R\$ 23,94	R\$ 114,91	
	04	Carga, manobra e descarga de solos e materiais granulares	M ³	1,20	R\$ 10,99	R\$ 21,98	
	05	Transporte com caminhão basculante de 10,00 m ³ até 30 km	m ³ xkm	36,00	R\$ 3,13	R\$ 112,68	
	06	Transporte c/ caminhão basculante de 10 m ³ DMT exc 30 km	m ³ xkm	74,40	R\$ 1,24	R\$ 92,26	
	07	Execução e compactação de base ou sub base para pav.	m ³	1,20	R\$ 168,15	R\$ 201,78	
	MATERIAIS / INSUMOS						
	08	Aduela de concreto 1,50 x 1,50 comp. 1,00 m	Unid.	6,0	R\$ 4.575,00	R\$ 27.450,00	
09	Placa de sinalização de obra na pista	Unid.	2,0	R\$ 84,20	R\$ 168,40		
Valor total estimado para a contratação:						R\$ 28.424,21	

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS

3.1. O objeto desse Termo de Referência constitui prestação de serviços, classificado como contratação nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal 7388/2024.

4. JUSTIFICATIVA

4.1. O Município de Cacequi, atualmente se encontra em SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA realizada através do Decreto 7.500 de 03/05/2024, em função disto, recebemos do Governo do Estado recursos que poderão ser aplicados no reestabelecimento de serviços essenciais à população afetada. Repassados através da Portaria CM nº 48 de 05 de Julho de 2024.

Os referidos serviços, são extremamente necessários para que possamos realizar o conserto das vias rurais, pontes, pontilhões, sistemas de drenagem e travessias, que interligam nossos distritos ao centro urbano, ou até mesmo, que os ligam a outras cidades da região, pois em função do grande volume de chuvas da qual o nosso estado está sendo afetado, grande parte dessas estradas não possuem capacidade de tráfego, impedindo que nossa comunidade possa deslocar-se quando necessário, seja para atendimento médico, social, ou até mesmo para buscar mantimentos para sua subsistência. Por isto é extremamente importante a realização destas ações o mais brevemente possível.

5. DO PREÇO

5.1. O limite máximo que a o Município de Cacequi dispõe para a contratação é de **R\$ 71.586,11** para o LOTE 01 e **R\$ 28.424,21** para o LOTE 02, com total estimado em R\$ 100.010,32 (cem mil dez reais com trinta e dois centavos), repassado ao FUNDO MUNICIPAL DA DEFESA CIVIL de Cacequi, através da Portaria CM nº 48/2024, de 05 de Julho de 2024. Conforme preços estabelecidos através de planilha orçamentária baseada junto a tabela SINAPI de Agosto de 2024;

6.1. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. O pagamento deverá ser empenhado junto as dotações previstas para a Contratação de Serviços e Aquisição de Materiais, junto a Secretaria Municipal de Planejamento.

7. DA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA E DAS CONDIÇÕES PARA FORNECIMENTO DOS MATERIAIS.

7.1. O prazo de validade das propostas, não deverá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.

7.2. Conforme manifestação de interesse, a documentação de HABILITAÇÃO e PROPOSTA deve ser enviada para o e-mail: licitacao@cacequi.rs.gov.br, até às 10h00min do dia 23/10/2024.

7.3. A proposta deverá conter:

- a) especificação completa e outros elementos indispensáveis à precisa caracterização de cada um dos serviços e materiais;
- b) preços unitários (hora) de cada um dos itens cotados.
- c) data e assinatura da proponente.
- d) A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos.
- e) Os serviços/materiais objeto desta licitação deverão ser realizados nos prazos e preços estipulados pela Secretaria requerente;
- f) O prazo, a forma e os locais a serem realizados os serviços, serão definidos pela unidade requisitante.

8. – DA HABILITAÇÃO

8.1. Para comprovar sua plena qualificação, somente o licitante vencedor deverá apresentar documentação para habilitação, conforme artigo 63, incisos I, e II, da lei 14.133/2021, em apenas uma via, em original ou por qualquer processo de cópia autenticada (cartório ou servidor da Administração), ou ainda, por publicação em órgão da imprensa oficial, dos seguintes documentos:

8.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado do rol de diretores em exercício;

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, bem como ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.1.2 - RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), comprovando que o ramo da atividade pertinente e compatível com o objeto licitado;

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;

c) Prova de regularidade para com as Fazendas Federal (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União), estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

d) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, emitida pela Justiça do Trabalho;

8.2 – Declaração do licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado (s) menor (es) de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal de 1988, conforme modelo constante do Anexo IV deste Termo de Referência;

8.3- Declaração de o Licitante ser BENEFICIÁRIO DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006 – MICROEMPRESA ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme previsto na LC 123/2006, alterada pela LC 147/2014 e 155/2016, em se tratando de ME ou EPP.

8.4 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

8.4.1 - Certidão negativa de falência, expedida pelo Cartório de Distribuição da sede do licitante, expedida nos últimos 30 dias antecedentes a abertura da licitação;

8.5 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) A licitante deverá apresentar comprovante de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através de no mínimo, 01 (um) atestado, fornecido por pessoa jurídica ou de direito público privado, comprovando que a proponente executou serviços de características semelhantes em quantidade e complexidade do objeto licitado.

8.6 - DEMAIS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

8.6.1- Os documentos exigidos para habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração ou publicação em órgão da imprensa oficial. As cópias deverão ser apresentadas perfeitamente legíveis.

8.6.2 - As ME's e EPP's deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de habilitação, inclusive os documentos de regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição, caso em que, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da declaração de vencedor, para a regularização do(s) documento(s), podendo tal prazo ser prorrogado por igual período, a critério da Administração.

8.6.3 - A não comprovação da regularidade fiscal até o final do prazo estabelecido, implicará na decadência do direito da primeira colocada, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

8.6.4 - Serão inabilitados os licitantes que não cumprirem plenamente as exigências estatuídas neste Edital.

8.6.5 - A documentação referida poderá ser dispensada, total ou parcialmente, conforme artigo 70, inciso III da lei 14.133/2021.

9- CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

9.1. Menor preço por lote.

9.1.1. As propostas apresentadas de acordo com as especificações e exigências legais e deste edital serão classificadas conforme o preço, sendo considerado vencedor aquele que apresentar o menor preço total.

10. - É VEDADA A PARTICIPAÇÃO DE:

- a) pessoas físicas ou jurídicas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- b) pessoas físicas insolventes ou jurídicas sob processo de falência ou recuperação judicial, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação (Lei Federal nº 11.101/05).
- c) estrangeiras que não funcionem no País;
- d) pessoas jurídicas reunidas em consórcio, quaisquer que sejam sua forma de constituição;
- e) pessoa jurídica ou natural, que tenham deixado de cumprir compromissos financeiros anteriores com o Município de Cacequi-RS ou ainda que tenham incorrido nas sanções administrativas previstas no art. 155, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- f) pessoa jurídica cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste procedimento;
- g) pessoa natural que pertença ao quadro de servidores do Município de Cacequi-RS, seja da Administração Direta ou Indireta; e
- h) pessoa jurídica na qual haja gerente ou sócio pertencente ao quadro de servidores do Município de Cacequi-RS seja da Administração Direta ou Indireta.
- i) Que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com o dirigente do órgão, o subscritor do edital ou algum dos membros da Comissão Permanente de Licitações, ou com o fiscal do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau nos termos do artigo 14 da Lei 14.133/2021.

11- PRAZOS DE GARANTIA.

11.1- Os serviços prestados deverão ter assistência mínima de 12 (doze) meses, contados da data do recebimento, mantendo os atendimentos deste Termo de Referência.

12. VIGÊNCIA CONTRATUAL:

12.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 meses, contado a partir de sua assinatura.

13. FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

13.1 Os honorários de que trata o presente objeto deste termo serão feitos à contratada conforme cronograma previsto, em até vinte (20) dias, mediante comprovação da execução do serviço e/ou entrega do material e apresentação da nota fiscal.

14- DA FISCALIZAÇÃO E ORIENTAÇÃO GERAL

14.1. Caberá a secretaria responsável, junto ao fiscal determinado pela Ordem de Serviço N° 06.2021 a fiscalização do presente contrato.

15 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Nos casos em que for omissivo o presente Termo, será aplicada a Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores.

15.2. O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme artigo 125 da lei 14.133/2021.

16. DOS DIREITOS E DEVERES E OBRIGAÇÕES

16.1. Dos Direitos:

16.1.1. Do CONTRATANTE:

- a) receber o objeto deste contrato nas condições avençadas;
- b) fiscalizar o fornecimento do CONTRATADO, inclusive ordenando a suspensão do fornecimento, no todo ou em parte, sempre que estiverem sendo executados em desacordo com as normas, especificações e técnicas usuais pertinentes ou com o ajustado, sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeito o CONTRATADO e sem que este tenha direito a qualquer indenização.

16.1.2. Do CONTRATADO: perceber o valor correspondente, na forma e prazos convencionados.

16.2. Das Obrigações:

16.2.1. Do CONTRATANTE:

- a) efetuar os pagamentos na forma ajustada;
- b) disponibilizar os dados e elementos do registro próprio para consulta;

16.2.2. DO CONTRATADO:

- a) prestar o fornecimento dos produtos na forma ajustada, executando-o de modo satisfatório e de acordo com os prazos, técnicas e demais condições contratualmente avençadas;
- b) A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos, ou que estiverem em desacordo com as especificações do Termo de Referência.
- b) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação;

- c) apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem estar cumprindo as exigências da legislação em vigor e pertinentes às obrigações assumidas no presente contrato, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais e outros cuja comprovação se fizer necessária no curso da contratação;
- d) assumir integral responsabilidade pelas obrigações sociais e trabalhistas resultantes de quaisquer vínculos que mantenha com seus empregados ou trabalhadores;
- e) disponibilizar tantos profissionais quantos for necessário ao integral atendimento do objeto contratado;
- f) substituir qualquer profissional que, a critério do CONTRATANTE, seja considerado inadequado, não se adapte ou não atenda aos requisitos.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Será convocada a licitante para apresentar justificativa, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da comunicação, pelo descumprimento de cláusulas contratuais inerentes a esta licitação, sob pena da aplicabilidade das sanções estabelecidas abaixo, garantida a ampla defesa e o contraditório.

17.2 - O descumprimento das obrigações e demais condições do Edital sujeitará a empresa adjudicatária às seguintes sanções, nos termos do artigo 156, da lei 14.133/2021, quando for o caso:

I. Advertência;

II. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o comprador por prazo não superior a 03 (três) anos.

III. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por prazo mínimo de 03 (três) anos e não superior a 06 (seis) anos.

17.3. Caberá ADVERTÊNCIA POR ESCRITO, nos casos de:

- a) falhas durante a execução do serviço, que não ocasionem prejuízo material ao município de Cacequi-RS;
- b) atrasos na entrega até 5 (cinco) dias úteis
- c) apresentação intempestiva de pedido de prorrogação de prazo de entrega dos móveis.

17.4. Caberá MULTA (S):

a) de 0,5% (meio por cento) do valor total empenhado por dia de atraso na prestação dos serviços, em caso de atraso superior a 5 dias, contada desde o primeiro dia de atraso e limitada ao montante de 20% (vinte por cento) correspondente a 40 (quarenta) dias;

b) de 10% do valor total empenhado se a empresa fornecedora negar-se a prestar os serviços solicitados sem motivo consistente devidamente apurado pela Prefeitura Municipal, ou, se por falhas sucessivas ou por total descumprimento das condições desta Licitação, levar o órgão ao cancelamento da Nota de Empenho.

17.5. IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM A PREFEITURA DE CACEQUI:

pelo prazo de até 6 (seis) anos, sem prejuízo da multa, se o fornecedor, incorrer em atrasos superiores a 40 (quarenta) dias ou por atrasos sucessivos e não justificados, levar a Prefeitura Municipal ao cancelamento da Nota de Empenho, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

17.6. O valor das multas aplicadas poderá ser descontado dos pagamentos devidos à empresa fornecedora.

17.7. Da aplicação das sanções, caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação.

18 - DO FORO.

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Cacequi-RS, para dirimir toda e qualquer questão oriunda deste instrumento, renunciando-se a outro por mais privilegiado que o seja.

Aprovo o presente Termo de Referência.

Cacequi, 18 de Outubro de 2024.

Secretaria Municipal de Planejamento